**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2017**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Conselho Regional de Psicologia 10ª Região PA/AP, criado pela Lei 5.766/71, constitui uma Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e tem por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe. O CRP10 tem jurisdição em todo o estado do Pará e Amapá, com sede na cidade de Belém-PA e sua seção na cidade de Macapá-AP.

**2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

**2.1. Convergência às novas normas de contabilidade aplicada ao setor público**

A Portaria nº 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto nº 6.976/2009 atribuiu a STN a competência de promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Portaria STN nº 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

Conforme o exposto, o CRP10 iniciou o processo de convergência a partir de janeiro de 2012 adotando novos procedimentos contábeis de acordo com o MCASP, o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e implantando o novo sistema SISCONT.NET.

**2.2. Políticas Contábeis**

Com a adoção dos novos procedimentos contábeis, desde 2012, passou-se a aplicar o regime de competência para todos os atos e fatos que afetam o patrimônio da Instituição, realizando, dessa forma, o reconhecimento dos créditos tributários a receber e a provisão para devedores duvidosos.

**2.3. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2017 foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis instituído pela Resolução CFP nº 010/2007.

**I – Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública.

**Ativo circulante**

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (compostos pelos Créditos Tributários a Receber de Anuidades e Fundo de Seções, pela Dívida Ativa e deduzidos pelas perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (Adiantamento de férias a funcionários e Provisão de IRRF a recuperar), Estoques (Material de consumo que se encontra no estoque do almoxarifado, os quais são registrados pelo custo de aquisição e baixados pelo custo médio ponderado) e Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente.

Destes informados, destacam-se as perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R$ 860.533,92 (composta pelos créditos tributários não arrecadados de 2017, como anuidade de pessoa física no valor de R$ 820.235,57, anuidade de pessoa jurídica no valor de R$ 31.666,98 e fundo de seções no valor de R$ 8.631,37).

**Ativo Não-Circulante**

O Ativo Não-Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis e Imóveis, deduzidos pela Depreciação.

Em 2017, o imobilizado apresentou o saldo no valor de R$ 673.240,03, decorrente da aquisição de bens móveis no valor de R$ 49.832,62 com saldo final de R$ 248.580,88 e bens imóveis com saldo de R$ 422.759,15.

**Passivo Circulante**

O Passivo Circulante inclui Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo Obrigações Fiscais a Curto Prazo (impostos a recolher), Obrigações de Repartição a Outros Entes (Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções a repassar ao CFP), Provisões a Curto Prazo (Provisões para férias).

**Passivo Não-Circulante**

O Passivo Não-Circulante inclui Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Longo Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Longo Prazo (impostos a recolher), Obrigações de Repartição a Outros Entes (Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções a repassar ao CFP), Provisões a Longo Prazo e Resultado Diferido.

**Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

Em 2017, conforme demonstrado no balanço patrimonial, o patrimônio líquido apresentou um resultado acumulado de R$ 1.643.748,04, onde parte deste resultado é referente a inscrição de restos a pagar no valor total de R$ 730,00, devida a Márcio Rodrigo Ribeiro de Magalhães pelo serviço de suporte de informática.

**II – Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2017 é demonstrado pela diferença entre o total de Receitas Realizadas de R$ 1.753.034,30 e o total de Despesas Empenhadas de R$ 1.466.358,63, apresentando um superávit orçamentário de R$ 286.675,67.

**III – Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2017 é demonstrado pela diferença entre o total dos ingressos orçamentários (R$ 1.753.034,30) com os extraorçamentários (R$ 686.752,77) que foi de R$ 2.439.787,07 e dos dispêndios orçamentários (R$ 1.466.558,63) e extraorçamentários (R$ 681.298,88) que foi de R$ 2.147.857,51, apresentando um resultado positivo de R$ 291.929,56.

**IV – Demonstração das Variações Patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP do exercício de 2017 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R$ 2.647.800,28 e o total das variações quantitativas diminutivas de R$ 2.274.129,04, gerando um Superávit no resultado patrimonial do período de R$ 373.671,24.

**V – Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2017 foi de R$ 341.762,18, apurada através do Fluxo de caixa líquido das atividades das operações de R$ 341.762,18, do Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento de R$ 0,00 e do Fluxo de caixa líquido das atividades de Financiamento de R$ 0,00.

**2.4. Notas Adicionais.**

I – No ano de 2017 houve perda de arrecadação de anuidades por prescrição de cobrança de pessoas físicas no valor de R$ 23.250,00 e jurídicas no valor de R$ 3.838,85, com consequente baixa nos seus registros em obediência às instruções contidas nos processos correspondentes, conforme orientação da assessoria jurídica, aprovado em plenária.

II – Em agosto de 2017 houve o início das operações da loja deste Conselho, a CRP Store. Em virtude do ocorrido e para evidenciação das suas movimentações, foi criada a conta homônima com o registro das aquisições no valor de R$ 5.176,00 e saída no valor de R$ 996,70, este encontrado através do cálculo do CPV ou CMV ( CPV = Estoque Inicial + Compras – Estoque Final), com saldo remanescente de R$ 4.179,30. Destaca-se ainda, as receitas desta loja no valor de R$ 1.181,00.

III – No período mencionado acima, houve a criação da conta Mercado Pago em decorrência da adoção do uso de cartões para o recebimento das vendas do CRP Store, anuidades, certidões, entre outras transações geradoras e características das fontes de receita deste CRP 10.

IV – Em decorrência de um problema de parametrização entre a Implanta Informática (desenvolvedora e gestora do sistema informatizado de registro das receitas, utilizado por este CRP 10) e o banco do Brasil S.A., no período de agosto a setembro de 2017, ocorreu a geração de informações de receitas sem a identificação de suas origens o que levou a adoção da conta Outras Receitas Diversas para os seus respectivos lançamentos. Verifica-se a utilização desta mesma conta em 02/01, 08/02 e 18/05 de 2017 em face de receitas com origens, também, desconhecidas. Outro ponto a ser destacado em relação às receitas, nos meses de setembro a dezembro, foi a geração dos seus relatórios considerando todos os recebimentos (referentes a anuidades, taxas, carteiras e emissão de certidões) como de exercícios anteriores, sendo assim registradas nos sistemas contábil e orçamentário.

V – No caso da prestação de contas referente aos suprimentos de fundos da seção Amapá, foram realizados os devidos registros porém, faz-se a ressalva aos documentos da Relação de Despesas Realizadas ( tabelas de prestação de fevereiro e março) apresentarem informações com períodos divergentes das solicitações ( de 13 de janeiro – solicitação nº 02 e 24 de março – solicitação nº 03). Medidas de mudança de critérios e procedimentos já foram orientadas para implementação, com intuito de ajuste dessas prestações e melhoria do controle interno.

**3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2017 e a Prestação de Contas do exercício de 2017 serão aprovadas pelo Plenário do CRP10 e enviadas ao CFP para apreciação e julgamento.

Luiz Romano da Motta Araújo Neto

Presidente do CRP10

147.328.902-53

Giane Silva Santos Souza

Tesoureira do CRP 10

281.082.562-91

Márcio Paulo da Silva Melo

Contador

PA-018844/O-8

450.873.182-15